



República de Angola
Ministério da Educação

Ensino Secundário Geral

Plano Curricular

Ensino Secundário Geral



EDITORA MODERNA

Ficha Técnica

Título

Plano Curricular do Ensino Secundário Geral

Autor

INIDE/MED

Coordenação Geral

Manuel Afonso

José Amândio F. Gomes

João Adão Manuel

Coordenação Técnica

Joaquim Edgar de Jesus Manuel

Rita Francisco Manuel Neto

Correcção

Grupo Multidisciplinar do INIDE

Editora

Editora Moderna

Pré-impressão, Impressão e Acabamento

GestGráfica, S.A.

Ano / Edição / Tiragem

2019 / 1.ª Edição / 40.000 Ex.



EDITORA MODERNA

E-mail: geral@editoramoderna.com

© 2019 EDITORA MODERNA

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, offset, fotografia, etc.) sem o consentimento escrito da editora, abrangendo esta proibição o texto, as ilustrações e o arranjo gráfico. A violação destas regras será passível de procedimento judicial, de acordo com o estipulado no código dos direitos de autor.

Índice

Introdução	05
Contexto Educativo Angolano	07
Sistema de Educação e Ensino	10
Níveis de Aprendizagem no Desenvolvimento da Estrutura Cognitiva dos Alunos	12
Organização Curricular do Ensino Secundário Geral	16
Estratégias Gerais de Organização e de Gestão de processos de Ensino e de Aprendizagem	39
Caracterização Geral dos Programas	42
Tratamento Metodológico de um Tema	45
Bibliografia	52



Introdução

A educação escolar, actualmente, é um processo através do qual os estados procuram imponderar intelectual, cultural, social e politicamente os seus cidadãos, como garantia do desenvolvimento sustentável, quer a nível pessoal como das suas comunidades. Todavia, como processo social, a educação, não é estanque; envolve sempre dinâmicas de elevadas complexidades e vários desafios. Razões bastantes para informar a busca ininterrupta de um conjunto de estratégias e procedimentos, para acção, cuja meta é o alcance das proposições emanadas pela política educativa, de cada estado.

Nesse particular, fruto dos avanços conseguidos a nível político em 2002 e consubstanciados no alcance da paz, Angola tem vindo a vivenciar várias tentativas voltadas à melhoria da qualidade educativa. É exemplo disso a implementação da segunda reforma educativa entre 2004 e 2014, da qual resultou o presente plano curricular. Não obstante, naquela altura, contrariamente ao que dizem as diversas teorias em torno do currículo, um conceito caracterizado por várias definições, o plano curricular havia sido denominado por Currículo sem, contudo, existir alguma razão explicativa. Tal realidade, assim como outras de matriz curricular apurada aquando da avaliação global da segunda reforma educativa, acolhe tratamento para efeitos de restituição da designação: Plano Curricular.

O presente Plano Curricular constitui o documento basilar na gestão de processos de ensino e da aprendizagem, porquanto elenca a pluralidade de elementos que sustentam o currículo dos ciclos indicados. Nele impactam-se, grosso modo, as linhas gerais para a sustentabilidade de práticas educativas pretendidas com o currículo, nas respectivas instituições de ensino no país. Vale lembrar que, nosso principal desafio é o alcance dos propósitos que informam os fins do Sistema de Educação e Ensino Angolano.

E isso parece depender, em grande medida, da nossa capacidade profissional e intelectual na implementação dos pressupostos curriculares que corporizam o presente plano curricular; imprimindo os procedimentos de rigor que se impõem. Nesse particular, os diferentes actores da gestão da política educativa angolana a nível de cada escola, nomeadamente gestores escolares, coordenadores de classe, chefes de turno, coordenadores de disciplinas, professores e alunos, têm um papel preponderante na praticabilidade do currículo subjacente desse documento.

Este é o grande desafio por vencer no quadro da educação escolar, objectivando o cumprimento dos fins da educação do estado angolano, com a realização de um ensino mais humanizador, inclusivo, atraente, relevante, contextualizado, dialógico e significativo na formação integral dos indivíduos, para as exigências da vida pessoal, da família, comunidade e do país. Requer-se, igualmente, de uma organização e gestão de processos de ensino e da aprendizagem que tenham presente o espírito saudável de unidade nacional e de integração regional, a manutenção da paz e estabilidade nacional, a consolidação e aprofundamento do processo democrático, o respeito mútuo e dos direitos humanos, bem como a diversidade cultural de Angola e a identidade de cada aluno.

Com efeito, o Plano Curricular comporta uma introdução e outros itens, nomeadamente: (I) contexto educativo angolano, (II) sistema de educação e ensino, (III) níveis de aprendizagem no desenvolvimento da estrutura cognitiva dos alunos, (IV-VI) organização de ensino secundário geral, (VII) estratégias gerais de organização e de Gestão de processo de Ensino e de Aprendizagem, (VIII) características gerais dos programas, (IX) tratamento metodológico de um tema e, finalmente, a bibliografia.

O item 1, “contexto educativo angolano”, traz uma descrição bastante resumida sobre a realidade económica, política, social e cultural do país, que impactam a razão deste plano curricular.

O item 2, “sistema da educação e ensino”, apresenta, basicamente, os fins da educação angolana declarados na sua Lei de Bases, bem como a estrutura de como se articulam os diferentes subsistemas da educação e ensino, partindo da educação pré-escolar até ao ensino superior.

O item 3, “níveis de aprendizagem no desenvolvimento da estrutura cognitiva dos alunos”, destaca três níveis de aprendizagem, a saber: nível reprodutivo do conhecimento, nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica e nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social.

Os itens 4-6 “organização do ensino secundário geral”, apresenta os objectivos deste subsistema da educação e Ensino, a caracterização geral, o perfil de saída dos alunos, a estrutura curricular e os planos de estudo, obviamente com as disciplinas e as respectivas cargas horárias.

O item 7 “estratégias gerais de organização e de gestão de processos de ensino e de aprendizagem” apresenta propostas estratégicas que visam a promoção de um ensino, uma aprendizagem e avaliação integradora, democrática, dialógica inclusiva

e de qualidade, na gestão das actividades didáctico-pedagógicas que decorrem da implementação da política educativa. Estes itens trazem a lembrança do que se faz, relativamente ao que está em causa no Sistema de Educação e Ensino Angolano: a formação de sujeitos criativos, críticos, inovadores e com sentido patriótico, onde o trabalhar a CHAVE (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e ética) informam tais metas. As opções metodológicas nesse caso, constituem proposições importantes sobre como organizar e gerir estrategicamente o ensino, a aprendizagem e a avaliação.

No item 8 “características gerais dos programas”, estão presentes os elementos que articulam os programas das disciplinas, de cada um dos ciclos de formação deste plano curricular. É uma informação que contribui para melhor gestão dos programas das disciplinas, visando o alcance dos objectivos a que o sistema da educação se propõe cumprir com cada uma das disciplinas do plano de estudo.

Finalmente, o item “9 tratamento metodológico de um tema”, apresenta um exemplo sobre as estratégias a utilizar para o levantamento do número de aulas possíveis num determinado tema; ou seja, mostra os procedimentos para a preparação e planificação de actividades docentes, semanais, mensais e trimestrais, conforme ao caso. Nesse sentido, é um mecanismo extremamente importante para a previsão de tipologias de aulas necessárias em cada um dos temas do programa disciplinar.

1. Contexto Educativo Angolano

Angola, como país, surge a 11 de Novembro de 1975 data da proclamação da sua independência, do jugo colonial português que durou aproximadamente cinco séculos. Situa-se na África Austral onde ocupa uma área de 1.246.700 km² com uma população aproximadamente de 26 milhões (INE, 2016), distribuída em 18 províncias. É um país com uma diversidade cultural, histórica, económica e linguística, sendo o português a língua oficial, de comunicação entre os angolanos e de ensino; porém, em regime de experimentação, foram introduzidas algumas línguas de Angola no currículo do ensino primário.

Quanto a Educação e Ensino, a República Popular de Angola, compreendendo a importância deste sector como factor essencial para o desenvolvimento do país e um mecanismo para a elevação do nível de vida das populações, criou um Sistema de Educação e Ensino que não englobou nos seus objectivos e princípios, os vestígios da política educativa colonial, tendo consagrado na sua Lei Constitucional, a educação, como um direito de todos os cidadãos, sem discriminação do sexo, raça, etnia ou

crença religiosa.

O Sistema Nacional de Educação e Ensino aprovado em 1977 começou a ser implementado em 1978 e teve, entre outros princípios gerais, os seguintes:

- › Igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos;
- › Gratuidade do ensino a todos os níveis
- › Aperfeiçoamento constante do pessoal docente.

O Sistema de Educação e Ensino organizava-se da seguinte forma:

- › Um Subsistema do Ensino de Base;
- › Um Subsistema do Ensino Técnico-Profissional ;
- › Um Subsistema do Ensino Superior.

De acordo com tal organização, o Sistema de Ensino contava com as seguintes componentes:

- › Ensino Geral de Base com oito classes. As quatro primeiras constituíam o I Nível obrigatório (1ª a 4ª classe); duas do II Nível (5ª e 6ª classes) e duas do II Nível (7ª e 8ª classes);
- › Ensino Pré-Universitário com 4 semestres (dois anos);
- › Ensino Médio de quatro anos (com dois ramos, técnico e normal)
- › Ensino Superior.

Para alcançar os objectivos acima referenciados, Angola contava apenas com cerca de 25 mil professores, a maioria dos quais mal formados.

Entre 1977 e 1980 estudavam nas escolas do país cerca de meio milhão de angolanos, um número bastante considerável se comparado ao do tempo colonial. Esta grande afluência da população às escolas, provocou um impacto negativo no Sistema de Educação. Por outro lado, a guerra civil que teve início em 1975 e continuou, com alguns intervalos até 2002, cujas consequências faziam-se sentir principalmente nas zonas rurais onde as infra-estruturas escolares não foram poupadas, constituiu um outro impacto negativo no Sistema de Educação e Ensino.

Estes motivos bastantes, fizeram com que em 1986, o Ministério da Educação efectuassem um diagnóstico ao Sistema de Educação, o que permitiu fazer um levantamento das suas debilidades e necessidades. Com base nesse diagnóstico concluiu-se que era necessário realizar uma nova Reforma Educativa. Assim sendo, foram traçadas as

linhas gerais para a sua implementação.

Em 1990, Angola alterou o Sistema Político Monopartidário e enveredou para o Sistema Político “Multipartidário”, o que necessariamente provocou mudanças na sua política educativa.

Apesar dessa alteração política, a guerra continuou a ser uma constante desestabilizadora com os seus efeitos nefastos sobre o Estado, as populações e as infraestruturas económicas e sociais. A rede escolar do país ficou fragilizada e como consequência as poucas escolas de certas capitais das províncias como Luanda, Benguela e Lubango para onde se refugiaram as populações, ficaram sobressaturadas.

De 1990 a 1992, a taxa bruta de escolaridade atingiu cerca de 80% no ensino primário. A partir de 1992, a situação agravou-se, estimando-se que o número de crianças em idade pré-escolar havia ultrapassado dois milhões, mas, somente 1% dessas crianças tinham acesso ao ensino.

Neste contexto bastante adverso, o sector da Educação mostrava um fraco desempenho em termos qualitativo e quantitativo. Para mudar este quadro, a Assembleia Nacional da República de Angola aprovou, em 2001, a Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro, Lei de Bases do Sistema de Educação.

Esta Lei estabeleceu as bases legais para a realização da 2ª Reforma Educativa em Angola, cujos objectivos gerais foram:

1. Expandir a Rede Escolar;
2. Melhorar a Qualidade de Ensino;
3. Reforçar a Eficácia do Sistema de Educação;
4. Melhorar a Equidade do Sistema de Educação.

Apesar dos esforços do Governo em melhorar o desempenho do sector, com a construção de mais escolas em todo o país, a elaboração dos materiais pedagógicos (planos curriculares, programas de ensino, manuais pedagógicos, guias metodológicos, cadernos de actividades, sistema de avaliação das aprendizagens, etc) e o reforço da eficácia e equidade do Sistema, o relatório da avaliação global realizada em 2014, detectou algumas insuficiências que urge equacionar.

Os dados e informações recolhidas durante os encontros da apresentação e discussão pública do Relatório da Avaliação Global da Reforma Educativa, permitiram ao MED elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação 2015-2025, cuja meta é oferecer uma educação de qualidade definida pela 2ª Reforma Educativa e alinhado

com o PND (2015-2017) e PNFQ.

Em consonância com esta realidade e para adequar o Sistema de Educação às novas realidades e necessidades, o governo de Angola aprovou a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE). Segundo a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, artigo 17.º, o Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis Subsistemas de Ensino e quatro Níveis de Ensino.

É ponto assente que a Lei 17/16 contém algumas inovações comparativamente à Lei 13/01. Em prova disso, ela introduz a Educação Pré-Escolar como um nível de ensino importante na formação do cidadão. Outro aspecto são os fins da educação estabelecidos na Lei 17/16. Eles mostram a necessidade de adoptar um novo modelo do ensino e aprendizagem que salvguarde os conhecimentos, as habilidades, as atitudes, os valores e a ética, onde o aluno constitui o núcleo central da acção pedagógica da escola.

2. Sistema de Educação e Ensino

A educação, na sua condição de fenómeno social feito na sociedade, com a sociedade e para a sociedade, constitui um processo através do qual os homens moldam-se segundo os padrões socialmente aceites. No caso da educação escolar, processo planificado e sistematizado, caracterizado por ensino e aprendizagem, permitem a preparação integral do indivíduo para as exigências da vida individual e colectiva (artigo 2º da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino-17/16 de 7 de outubro), numa base essencialmente científica.

Nesse sentido, o ensino e aprendizagem processos que cristalizam o conjunto de proposições de um determinado estado, realizam-se por intermédio do chamado Sistema de Educação e Ensino. Em Angola e no mesmo artigo 4º, o Sistema de Educação e Ensino é definido como o conjunto de estruturas, modalidades e instituições de ensino, por meio das quais se realiza o processo educativo, tendente à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista à construção de uma sociedade livre, democrática, de direito, de paz e progresso social. A operacionalização do Sistema de Educação e Ensino, visando o cumprimento dos fins, faz-se através de quatro níveis de ensino e uma estrutura que compreende seis subsistemas.

2.1. Fins da Educação em Angola

O O estado angolano assume a educação como um bem como, através do qual procura

alcançar um sistema de fins educativos expressos no artigo 4º da sua Lei de Bases do Sistema de educação e Ensino. A partir desses fins, na sua essência, compreende-se que a preocupação do estado angolano consiste em formar sujeitos críticos, criativos e inovadores, capazes de promover o bem-estar comum não só da sociedade angolana, mas também, da região austral, do continente e do mundo.

Veja a seguir os fins do Sistema de Educação e Ensino em Angola (artigo 4º):

- a) Desenvolver harmoniosamente as capacidades intelectuais, laborais, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas, bem como o sentimento patriótico dos cidadãos, especialmente dos jovens, de maneira contínua e sistemática e elevar o seu nível científico, técnico e tecnológico, a fim de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do País;
- b) Assegurar a aquisição de conhecimentos e competências necessárias a uma adequada e eficaz participação na vida individual e colectiva;
- c) Formar um indivíduo capaz de compreender os problemas nacionais, regionais e internacionais de forma crítica, construtiva e inovadora para a sua participação activa na sociedade, à luz dos princípios democráticos;
- d) Promover o desenvolvimento da consciência individual, em particular o respeito pelos valores e símbolos nacionais, pela dignidade humana, a tolerância e cultura de paz, a unidade nacional, a preservação do meio ambiente e a contínua melhoria da qualidade de vida;
- e) Fomentar o respeito mútuo e os superiores interesses da nação angolana na promoção do direito e respeito à vida e a dignidade humana, à liberdade e a integridade pessoal e colectiva;
- f) Desenvolver o espírito de solidariedade entre os povos em atitude de respeito pela diferença, permitindo uma saudável integração regional e internacional;
- g) Garantir a excelência, o empreendedorismo, a eficiência e a eficácia do processo de formação integral do indivíduo.

2.2. Estrutura de Sistema de Educação e Ensino

Para o alcance dos fins do Sistema de Educação e Ensino em Angola, a própria Lei nº 17/16, de 7 de Outubro ou Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, artigo 17.º,

estipula a estrutura através da qual é possível a sua materialização. Assim, o Sistema de Educação e Ensino é unificado e compreende seis subsistemas de ensino que corporizam os quatro níveis de ensino.

Como subsistemas de ensino do Sistema de Educação e Ensino angolano tem os seguintes:

- a) Subsistema de Educação Pré-Escolar;
- b) Subsistema de Ensino Geral;
- c) Subsistema de Ensino Secundário Técnico Profissional;
- d) Subsistema de Formação de Professores;
- e) Subsistema de Educação de Adultos;
- f) Subsistema de Ensino Superior.

Estes subsistemas de ensino condensam a organização do Sistema de Educação em quatro níveis de Ensino, nomeadamente:

- a) Educação Pré-Escolar;
- b) Ensino Primário;
- c) Ensino Secundário;
- d) Ensino Superior.

3. Níveis de Aprendizagem no Desenvolvimento da Estrutura Cognitiva dos Alunos

A aprendizagem de qualidade é, actualmente, a meta do acto educativo que tem lugar em instituições de ensino, vulgarmente conhecidas por escolas. No entanto, o alcance dessa meta implica um trabalho didáctico-pedagógico que esteja verdadeiramente ao serviço da assimilação e acomodação do conteúdo do ensino na estrutura cognitiva do sujeito em construção social (aluno). Com efeito, ao trabalho docente será requerido o uso diversificado de procedimentos metodológicos que demandem, não só a memória para retenção dos conteúdos, mas também, outras habilidades intelectuais do aluno na perspectiva da sua formação integral, apontando para a utilização dos conhecimentos científicos aprendidos na resolução tanto de problemas do mundo da ciência, como os

da vida quotidiana.

Nesse sentido, pressupõe-se que a abordagem dos conteúdos de ensino e da aprendizagem, em contextos escolares, seja feita mediante envolvimento de diferentes níveis de aprendizagem, dentre os quais, destacam-se os seguintes: (a) nível reprodutivo do conhecimento, (b) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica e (c) nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social.

a) Nível reprodutivo do conhecimento

O nível reprodutivo implica a capacidade de retenção do conhecimento e sua posterior repetição ou reprodução, de forma integral tal como abordado ou apenas na sua essência. Está em causa o conhecimento assimilado no tratamento metodológico do conteúdo que representa. Nesse sentido, as actividades de aprendizagem tendem à uma organização estrutural que exigem do aluno a memorização do conhecimento, esperando-se, entretanto, que tal não seja mecânica.

Por isso mesmo, a abordagem do conteúdo carecerá sempre de recurso à realidade circundante mediante exemplos de factos, objectos e acontecimentos mais próximos ao mundo real do aluno.

Este nível de aprendizagem justifica a necessidade da função de diagnóstico no quadro da aprendizagem de conhecimentos assimilados pelo aluno, quer em espaços específicos para as situações de ensino e de aprendizagem formais, quer em outros espaços de convivência social: família, igrejas, clube de amigos, local de lazer, entre outros.

Finalmente, tal como referenciado, com o nível reprodutivo trabalha-se os conteúdos na relação professor – aluno, aluno – aluno ou aluno isoladamente, para o desenvolvimento da sua capacidade memorística, dimensão intelectual indispensável ao desenvolvimento da estrutura cognitiva.

b) Nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza científica

Este nível, também conhecido como produtivo, objectiva a manifestação de habilidades intelectuais na resolução de situações de natureza científica; ou seja, o aluno trabalha no sentido de aplicar os conhecimentos científicos que corporizam a sua estrutura cognitiva às situações novas, concretas ou hipotéticas, do mundo

da ciência.

Significa que a aprendizagem sobre os conteúdos agendados para uma determinada aula, em certo momento, é feita com base em situações-problemas, de natureza científica. Para isso, o leque de estratégias metodológicas de ensino implicará um recurso aos conhecimentos tidos como já assimilados pelo aluno; desafiando-o a ser capaz de analisar os desafios subjacentes nas situações-problema, concretas ou hipotéticas de natureza científica.

Com este nível aplicativo, procura-se, tão-somente, que o aluno seja preparado, – no quadro da educação escolar, como um potencial descobridor de soluções para situações-problema que a vida coloca diante da ciência. Trata-se, assim, em contextos de ensino, do momento de aprendizagem de conteúdos que visa o desenvolvimento da capacidade retroactiva do conhecimento com implicações às outras capacidades, nomeadamente a criativa, inovativa, recreativa e crítica do aluno, todas de natureza científica.

É uma oportunidade integradora de capacidades intelectuais, onde os desafios que se colocam ao aluno objectivam a ampliação do seu conhecimento científico ou produção, em função das suas temporalidades. Nesse caso, os percursos e resultados do aluno, durante a resolução dos problemas propostos, poderão permitir ao professor a adopção de estratégias de superação das dificuldades que tenham surgido objectivamente ou não, por conta de alguma insuficiência de conhecimentos, da parte do aluno. Significa que, o professor estará igualmente desafiado a realizar intervenções pedagógicas pontuais que promovam a aprendizagem do conhecimento científico pelo sujeito em construção social, no acto da aplicação prática dos saberes por este incorporado na sua estrutura cognitiva.

Portanto, o momento de aplicação do conhecimento é também uma soberana oportunidade não só para a sua consolidação, mas também, para a construção de novos conhecimentos.

c) Nível aplicativo do conhecimento às situações de natureza social

O presente nível de aprendizagem, também conhecido como produtivo no mundo social, difere do anterior no campo de aplicação. Pois, este se aplica às situações reais ou hipotéticas do dia-a-dia, procurando preparar o sujeito para os desafios da vida quotidiana, durante a abordagem dos conteúdos programáticos na aula. No entanto, os procedimentos de natureza metodológica no tratamento desses

conteúdos são, na prática, os mesmos, tanto neste nível aprendizagem como no de aplicativo científico, requerendo, obviamente, ao envolvimento directo e total dos alunos na busca de soluções para as situações-problema propostos.

A grande e, provavelmente, a única diferença entre esses dois níveis de aplicação de conhecimentos, quer na sua construção¹ como na consolidação daquilo que se declara na linha dos objectivos da aula, é a utilização de situações-problema do dia-a-dia do aluno; isto é, para o caso deste nível. Com este nível de aprendizagem, talvez o mais integrador que os outros na preparação do sujeitos, pressupõe-se um vínculo desejável entre os conhecimentos científicos e a realidade dos contextos de aprendizagem.

Significa que, com ele, além de envolver o aluno em actividades de aprendizagem mais próximas à sua realidade, acabam, também, dando vida aos conteúdos programáticos; pois a sua abordagem didáctica e pedagógica, ainda que verse sobre situações-problema hipotéticas, é centrada na realidade que caracteriza os tempos e espaços de vida do sujeito em construção social.

Logo, com o envolvimento do aluno na abordagem dos conteúdos centrada tanto no nível aplicativo científico como no social, aumentam-se, sobremaneira, as possibilidades para as diferentes interactividades como:

(I) **Intelectuais:** as que subjazem da busca de solução ao problema proposto que implicam, necessariamente, a mobilização de recursos cognitivos assimilados e acomodados na estrutura cognitiva do aluno, gerando, mais ou menos, outros recursos cognitivos durante a realização de múltiplas operações mentais. Por outro, o pensamento lógico, criativo, inovador e crítico, identificam-se com as habilidades mentais decorrentes das interactividades intelectuais ao nível da estrutura cognitiva do sujeito;

(II) **Físicas:** aquelas decorrentes da manipulação de diversos materiais didácticos e pedagógicos a disposição dos actores da aula, na realização das operações necessárias à produção da solução para a situação-problema proposta;

(III) **Afectivas:** consistem no conjunto de manifestações de ordem psicológica que variam em grau e intensidade, tanto do lado do aluno como do professor,

1- Trata-se do momento em que os alunos procuram descobrir, por si mesmos, as relações intrínsecas de natureza pedagógica e didáctica entre o conhecido e o desconhecido no acto da resolução de situações-problema, variáveis indispensáveis nos processos de ensino e da aprendizagem escolar.

dependendo dos níveis de satisfação ditados pelos processos e resultados das actividades de aprendizagem, em torno da situação-problema em causa. Trata-se da variedade de emoções, sentimentos, desejos, alegrias, frustrações e outras, em função dos sucessos ou fracassos gerados pela busca de soluções esperadas para a situação-problema proposta;

(IV) **Sociais:** são tipicamente decorrentes das relações humanas que se estabelecem enquanto se resolvem as situações-problema. Isto porque os processos de ensino e da aprendizagem que informam a realização do conjunto de operações, quer de natureza mental como física e afectiva, não só têm lugar num meio social, mas também, porque implicam relações interpessoais de diferentes dimensões entre alunos e estes com o professor.

Por isso, parece importante repensar-se a estruturação das etapas que impactam os processos de ensino e da aprendizagem, no sentido destas informarem uma educação problematizadora, porque criativa, inovadora, crítica, inclusiva e integradora, como forma de se cumprir com os fins da educação do estado angolano (artigo 4º da LBSE). Com o efeito, clama-se por abandono do paradigma que consiste em dar aulas para assumir-se o de fazer aulas, onde o aluno, sob orientação e supervisão do professor, é o protagonista da sua própria aprendizagem mediante interacção com os outros e com os recursos didácticos e pedagógicos disponíveis.

4. Organização Curricular do Ensino Secundário Geral

O Subsistema de Ensino Geral estrutura-se em Ensino primário e Ensino Secundário.

O Ensino Secundário Geral é o nível prepara os alunos para o ingresso no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após formação profissional complementar. De igual maneira visa proporcionar aos alunos conhecimentos necessários com a qualidade requerida, para levá-los a desenvolver as suas capacidades, aptidões e promover uma cultura de valores para a vida social e produtiva.

Neste nível de ensino, impõe o alcance de metas mais exigentes no desenvolvimento técnico-científico dos programas e conteúdos, tendo em vista, tanto a natureza sociocultural dos alunos.

O ensino secundário geral compreende dois ciclos de três classes sendo o Iº ciclo do Ensino Secundário Geral que compreende as classes da 7ª, 8ª e 9ª, frequentado por alunos dos 12 (doze) aos 14 (catorze) anos de idade e II Ciclo que as 10ª, 11ª e 12ª classes frequentado por alunos dos 15 (quinze) e 17 (dezassete) anos de idade.

4.1. Objectivos do Ensino Secundário Geral

O Subsistema de Ensino geral é o fundamento do Sistema de Educação e Ensino que visa assegurar uma formação integral harmoniosa e sólida, necessária para uma boa inserção no mercado de trabalho e na sociedade, bem como para o acesso os níveis subsequentes (Artigo 24.º da Lei n.º17/16 de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino).

Os objectivos gerais do Subsistema de Ensino Geral são:

- a) Assegurar uma formação harmoniosa e integral de qualidade, que permita o desenvolvimento das capacidades intelectuais, laborais, artísticas, cívicas, morais, éticas, estéticas e físicas;
- b) Assegurar conhecimentos técnico-científicos e tecnológicos que favoreçam um saber-fazer eficaz e eficiente que readapte às exigências de desenvolvimento económico e social;
- c) Educar as crianças, jovens e cidadãos adultos para adquirirem hábitos, habilidades, capacidades e atitudes necessárias ao seu desenvolvimento;
- d) Promover na juventude e noutras camadas sociais o amor ao trabalho e potenciá-los para a aprendizagem de uma actividade laboral socialmente útil e capaz de melhorar as suas condições de vida;
- e) Assegurar à nova geração uma orientação vocacional e profissional sólida e útil à sua inserção na vida activa.

5. I Ciclo do Ensino Secundário Geral

5.1. Objectivos Específicos do 1º Ciclo do Ensino Secundário

A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino determina, no seu artigo 32º, como objectivos específicos do 1º Ciclo do Ensino Secundário:

- a) Consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos e reforçar as capacidades, os hábitos, as atitudes e as habilidades adquiridas no Ensino Primário;
- b) Permitir a aquisição dos fundamentos das ciências e de conhecimentos necessários ao prosseguimento dos estudos em níveis de ensino e áreas subsequentes;
- c) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica;
- d) Aprofundar os fundamentos de uma cultura humanística, baseada nos valores morais, éticos, cívicos e patrióticos;

- e) Aprofundar a formação técnica, cultural e artística que constitui suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos ou para a inserção na vida activa;
- f) Criar hábitos de trabalho individual e em grupo e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica e de adaptação à mudança;
- g) Promover o empreendedorismo, desenvolvendo hábitos, habilidades, capacidades e atitudes para a vida activa e o espírito de iniciativa, criatividade e autonomia.

5.2. Caracterização Geral do 1º Ciclo do Ensino Secundário

No Quadro Geral do Sistema Educativo Angolano, a Lei nº17/16 de 7 de Outubro (LBSE), estabelece um Ensino Secundário constituído por dois ciclos: 1º e 2º ciclos.

O 1º ciclo constitui uma continuação do Ensino Primário que destina-se a possibilitar aos alunos a aquisição de bases científicas, tecnológicas e culturais necessárias. Os conhecimentos a adquirir devem estar em perfeita interacção com as capacidades e aptidões do aluno deste nível de ensino, já que constituem requisitos fundamentais para o seu enquadramento e prossecução dos seus estudos. Nesta perspectiva concluída a 9ª classe os alunos estarão preparados para o prosseguimento de seus estudos no 2º Ciclo do Ensino Secundário ou nos Institutos Médios Técnicos e Normais e, em particular através de vias técnicas e artísticas permitirá a aquisição de qualificações profissionais para o ingresso no mercado de trabalho.

Este ciclo abarca três classes nomeadamente a 7ª, 8ª, 9ª, com uma duração de três anos, cuja idade mínima para o ingresso, aproximadamente entre os 11 aos 12 anos de idade.

As classes estão estruturadas de formas a permitirem progressão de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades através de uma harmoniosa distribuição dos temas, conteúdos das respectivas disciplinas, uma articulação horizontal e vertical.

O plano de estudo consta um total de 12 disciplinas correspondentes, com um maior equilíbrio entre as disciplinas das áreas de Formação Geral e as disciplinas mais viradas para o conhecimento prático e para o mundo do trabalho.

Assim, para a acção pedagógica, consideraram-se aspectos como a multiplicidade de culturas das várias regiões etnolinguísticas existentes no País e outros, com vista a proporcionar ao aluno a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades,

atitudes, valores e ética para contribuir plenamente na sua formação integral.

5.2.1. Caracterização dos alunos dos 12 aos 16 anos

O desenvolvimento intelectual ocorre por meio de duas fases: a fase sócio-afectiva e a fase intelectual. Na fase sócio-afectiva, o aluno nesta faixa etária procura estabelecer a sua vivência com amigos da mesma idade e regula a sua conduta em função da necessidade de actuar de acordo com os colegas e amigos. A participação em diferentes actividades socialmente úteis como estudo, desporto, cultura e o bem-estar emocional tem grande importância no seu desenvolvimento mental e psíquico.

Na fase intelectual, segundo o pedagogo Jean Piaget, o aluno nesta faixa entra no seu estado de operações formais, que é o estado da inteligência operatória, abstracta ou formal. As Características dos alunos nestas fases subdividem-se em dois sub-estádios estádios:

- ✦ Génese das operações formais (11 ou 12 anos) – A característica focal desta fase é a transformação dos esquemas cognitivos operados concretamente em esquemas baseadas na realidade imaginada. Neste estágio surge a noção de combinatório que é constituída pela lógica das operações de invenção e reciprocidade que por sua vez, está na base da proporcionalidade, do equilíbrio mecânico e da correlação.
- ✦ Estruturas operatórias formais (14 aos 16 anos) – O aluno já é dotado de pensamento de tipo hipotético-dedutivo, capaz de abstrair, generalizar, simbolizar, situar no tempo, antecipar o futuro, tomar posições, raciocinar em termos de operações formais, surgindo assim as noções de rede e de grupo, fundamentais em análise matemática.

5.3. Perfil de saída dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Secundário

Os alunos ao concluírem o 1º ciclo do Ensino Secundário, pretende-se que os mesmos sejam dotados de conhecimentos necessários para prosseguir os seus estudos em níveis de ensino e áreas subsequentes. Os alunos tenham adquiridos conhecimentos, habilidades, atitudes, valores morais, éticos, cívicos e patrióticos que lhe permitam a sua inserção efectiva na sua comunidade e na sociedade. Os alunos tenham adquiridos hábitos de trabalho individual e em grupo, formação técnica, cultural e artística para inserção na vida activa. Que os alunos tenham desenvolvido o raciocínio lógico e curiosidade científica e tecnológica para enquadrar-se á realidade e tomar decisões fundamentais no seu dia-a-dia. Que saibam usar as línguas estrangeiras

para se comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informações. Que os alunos tenham espírito de iniciativa, criatividade para o auto-emprego.

Que saibam reconhecer as leis que regulamentam a preservação do Ambiente, emitindo opiniões sobre o meio e contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida e revelar juízo crítico sobre aspectos de saúde e outros problemas sociais.

5.4. Estrutura Curricular

O plano de estudo visa principalmente a continuação dos estudos, cujas actividades educativas se baseiam num regime de docência de professor por disciplina de maneiras a atingir os objectivos de assegurar a consolidação e o progresso aprofundamento de conhecimentos, bem como o desenvolvimento de competências, atitudes e valores que permitam aos alunos o prosseguimento de estudos em domínios diversificados e uma preparação básica para o ingresso na vida activa.

A construção do plano de estudo, isto é a selecção das disciplinas operou-se com base no princípio da coerência entre os objectivos gerais do ensino secundário e ao perfil de saída que se pretende alcançar ao terminar este ciclo de ensino.

O plano de estudo contempla um total de 12 disciplinas, que visam assegurar a formação nos alunos. Cada disciplina justifica-se pela correspondência que se estabelece entre as matérias e as competências e as atitudes que o aluno deverá adquirir ou desenvolver no decorrer dos seus estudos. Cada disciplina potencializa-se com as demais disciplinas na busca permanente do cumprimento da interdisciplinaridade desde o momento da concepção dos programas até a sua concretização na sala de aula.

As disciplinas de formação geral permitem a aquisição de conhecimentos e competências básicas designadamente multilinguísticas, de raciocínio lógicos matemático e cultural do aluno e disciplinas que visam uma formação técnico-profissional. Em relação o Plano de Estudo anterior, introduziu-se uma nova disciplina de Educação Laboral, de modo a despertar o aluno para o vínculo entre o ensino e o trabalho laboral. Assim sendo, pretende-se com esta disciplina, que os estudantes tenham conhecimentos básicos e saibam manejar as ferramentas essenciais para resolver situações pontuais do quotidiano (no lar, na escola, na comunidade), em diferentes áreas, como a electricidade, a carpintaria a agricultura, etc.

Os alunos ao manejarem as referidas ferramentas, irão adquirir conhecimentos técnicos e habilidades, obtendo uma cultura laboral e tecnológica, tornando-os membros activos e valiosos da família, mesmo antes de completarem uma formação

média técnica.

A disciplina de Educação Laboral divide-se em duas áreas: a área de Desenho Técnico e a área de Oficina. Para a sua implementação com êxito, as salas deverão estar apetrechadas com os respectivos materiais. Os programas foram elaborados de modo a permitir que os mesmos tenham uma progressão nos conhecimentos e nas habilidades a adquirir pelos alunos ao nível das três classes, tendo em conta a articulação das disciplinas, os conteúdos programáticos nos três anos que compõem o Plano de Estudos.

Prevê na sua implementação um máximo de 30 horas semanais para as três classes numa semana lectiva de cinco dias.

Atendendo a que o ano lectivo regular é de 30 semanas, cada disciplina terá a carga horária semanal e anual, de acordo com o respectivo Plano de Estudo.

Em resumo apresenta-se o Plano de Estudo do 1º Ciclo do Ensino Secundário

5.5. Plano de Estudo

Disciplinas	Horário semanal			
	7ª Classe	8ª Classe	9ª Classe	Total por Disciplina
Língua Portuguesa	3	3	3	270
Língua Estrangeira	3	3	3	270
Matemática	3	3	3	270
Biologia	2	2	3	210
Física	3	2	2	210
Química	2	3	2	210
Geografia	2	2	3	210
História	3	3	2	240
Educação Física	2	2	2	180
Ed. Moral e Cívica	1	1	1	90
Ed. Visual e Plástica	2	2	2	180
Educação Laboral	2	2	2	180
Empreendedorismo	2	2	2	180
Total de T.L. Semanal	30	30	30	
Total de T.L. Anual	900	900	900	2700
Total de Disciplinas	13	13	13	

6. II Ciclo do Ensino Secundário Geral

A reforma curricular apresenta-se como componente fundamental da Reforma do Sistema Educativo, tornando-se, assim, como um processo de inovação no sistema de ensino aprendizagem com propósito de melhorar a qualidade do ensino.

É evidente que o que está em causa são as opções educacionais previstas que se consubstancia a formação das novas gerações, que delas esperam se ver contemplados os interesses e as necessidades de uma sociedade em franco desenvolvimento. Nessa perspectiva, a decisão fundamental de uma reforma curricular justifica, em si, o demorado processo da sua concepção e do seu desenvolvimento, ou seja, da sua experimentação.

A Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro) fixa um quadro de referências que definem as finalidades educacionais e as orientações básicas para a configuração da estrutura e organização escolares. Tendo como referência a Lei de Base do Sistema de Educação foi elaborada a Estrutura Curricular com objectivo de organizar as áreas de conhecimento, tendo em conta a natureza dos cursos e o perfil desejável dos alunos ao final do ensino secundário.

Para a presente estrutura, a organização do currículo do 2.º Ciclo teve como base os pressupostos anteriores que, por sua vez, funcionaram como orientação para ajudar os autores dos programas escolares a harmonizá-los do ponto de vista do plano curricular. Em relação à estrutura, foi adoptado um esquema básico que todas as equipas de disciplinas deverão respeitar. O esquema foi elaborado sem excessiva rigidez, de modo a garantir a relativa homogeneidade formal dos conteúdos programáticos.

Como parte das intenções pedagógicas, a articulação vertical e horizontal foi tida como indispensável.

6.1.1 Objectivos Específico do II Ciclo do Ensino Secundário Geral

A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino determina, no seu artigo 33º, como objectivos específicos do II Ciclo do Ensino Secundário Geral:

- a) Assegurar uma formação sólida e aprofundada numa determinada área de conhecimento;
- b) Preparar o aluno para ingressar no Subsistema de Ensino Superior ou para actividades de formação profissional e inserção na vida activa;
- c) Desenvolver uma visão do mundo assente no pensamento filosófico, lógico e

abstracto e a capacidade de avaliar a aplicação de modelos científicos na resolução de problemas da vida prática;

d) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado, assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação;

e) Consolidar os valores patrióticos, orais e cívicos, desenvolvendo o espírito de participação e envolvimento na vida social;

f) Desenvolver experiências práticas, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola e a comunidade, dinamizando a função inovadora e interventora da escola;

g) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo de trabalho.

A Lei de Bases do Sistema de Educação determina, no seu artigo 30º, que o Segundo Ciclo do Ensino Secundário é organizado em áreas de conhecimento de acordo com a natureza dos cursos a que dá acesso e que compreende as 10ª, 11ª e 12ª classe: Esse quadro contempla um conjunto de dois grandes objectivos:

- › Preparar os alunos para o ingresso no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou no pós-formação profissional complementar.
- › Desenvolver o pensamento lógico e abstracto e a capacidade de avaliar a aplicação de modelos científicos à resolução de problemas da vida prática.

6.2. Caracterização geral do 2.º Ciclo do Ensino Secundário Geral

A reforma curricular apresenta-se como componente fundamental da Reforma do Sistema Educativo, tornando-se, assim, como um processo de inovação no sistema de ensino aprendizagem com propósito de melhorar a qualidade do ensino.

É evidente que o que está em causa são as opções educacionais previstas que se há-de se consubstanciar na formação das novas gerações, que delas esperam-se ver contemplados os interesses e as necessidades de uma sociedade em franco desenvolvimento. Nessa perspectiva, a decisão fundamental de uma reforma curricular justifica, em si, o demorado processo da sua concepção e do seu desenvolvimento, ou seja, da sua experimentação.

A Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro) fixa um quadro de referências que definem as finalidades educacionais e as orientações básicas para

a configuração da estrutura e organização escolares. Tendo como referência a Lei de Base do Sistema de Educação foi elaborada a Estrutura Curricular com objectivo de organizar as áreas de conhecimento, tendo em conta a natureza dos cursos e o perfil desejável dos alunos ao final do ensino secundário.

Para a presente estrutura, a organização do currículo do 2.º Ciclo teve como base os pressupostos anteriores que, por sua vez, funcionaram como orientação para ajudar os autores dos programas escolares a harmonizá-los do ponto de vista do plano curricular. Em relação à estrutura, foi adoptado um esquema básico que todas as equipas de disciplinas deverão respeitar. O esquema foi elaborado sem excessiva rigidez, de modo a garantir a relativa homogeneidade formal dos conteúdos programáticos. Como parte das intenções pedagógicas, a articulação vertical e horizontal foi tida como indispensável.

6.2.1. Função social do ensino secundário

O ensino secundário tem como função social proporcionar conhecimentos, desenvolver capacidades e aptidões e a consciencialização de valores para a vida social e produtiva que exige o país ou para o prosseguimento de estudos.

O próprio carácter da função social do ensino secundário impõe o prosseguimento de metas mais exigentes de desenvolvimento, tendo em vista a identidade sociocultural dos alunos.

6.2.2. Características do aluno neste nível etário

A vida sócio afectiva e intelectual do aluno evoluem lado a lado, o que significa:

- › Do ponto de vista sócio afectivo, nesta faixa etária, o aluno organiza-se em função da sua escala de valores. Inicia a sua integração na sociedade, especialmente no que respeita à certeza na escolha de uma profissão. Neste período de vida diminuem as oscilações morais e inicia a maturidade na sua conduta e nas suas relações interpessoais.
- › A ideia de entrada no mundo do trabalho e as preocupações dos estudos superiores tornam-no cada vez mais sensível aos problemas do mundo.
- › Do ponto de vista intelectual, o aluno desenvolve as capacidades lógicas e de representação simbólica, tal como são usadas pelos adultos. Aprende a

raciocinar de um problema, várias alternativas possíveis, decidindo entre elas qual é a mais apropriada.

- › O de desenvolvimento depende, em grande parte, do grau de instrução da pessoa em causa; muitos adultos, segundo Piaget, nunca chegam a fazer raciocínios formais. Nas sociedades em que não existem escolas formais, nenhum dos seus membros é capaz de raciocinar formalmente. Este estágio de operações formais é, afinal de contas, produto da nossa sociedade e não um estágio de desenvolvimento inevitável em toda humanidade.

6.3. Perfil de saída dos alunos da 12ª classe

Os dois grandes objectivos já referidos permitem, depois de ampliadas as suas dimensões, completar o perfil de saída dos alunos deste ciclo com os pontos que se seguem:

- › Favorecer a utilização da língua portuguesa com correcção e fluência nos diferentes modos de comunicação.
- › Assegurar as condições necessárias para que os alunos possam exprimir-se com fluência, pelo menos numa outra língua estrangeira.
- › Assegurar que os alunos se identifiquem criativamente com a realidade angolana, proporcionando conhecimentos sólidos sobre a sua história, geografia, aspectos socioculturais e sociodemográficos.
- › Proporcionar as bases teóricas necessárias para que os alunos se familiarizem com alguns grandes sistemas de interpretação da realidade.
- › Favorecer a formação profissional dos jovens através da preparação técnica e tecnológica com vista à entrada no mundo do trabalho.
- › Promover o desenvolvimento, consolidação e aprofundamento de formas científicas de raciocínio.
- › Promover o desenvolvimento de técnicas de pesquisa, como base de enriquecimento dos conhecimentos.
- › Desenvolver capacidades de integração, elaboração e assimilação de informações e mensagens.
- › Assegurar o desenvolvimento de capacidades de observação e de análise crítica.
- › Fomentar o desenvolvimento de atitudes e capacidades de relacionamento

interpessoal com base num espírito de confiança e cooperação.

- › Favorecer o desenvolvimento da autonomia pessoal, reforçada numa consciência crítica dos interesses e valores.
- › Incentivar o conhecimento pelos valores da autodisciplina, da persistência e do trabalho.
- › Desenvolver atitudes de respeito e de solidariedade para com as pessoas e povos de diferentes culturas.

Tudo isso concorre para o perfil de saída do aluno da 12ª que se pretende, que se consubstancia nos quatro pilares fundamentais do sistema de educação baseados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors.

Os quatro pilares são conceitos que se propõe uma educação direccionada naquilo que são os aspectos fundamentais de educação, que predestina o perfil de saída dos alunos, que são: aprender a conhecer isto é adquirir instrumentos da compreensão; aprender a fazer, o aluno poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a que permite que no aluno tenha uma cooperação com os outros em todas as actividades humanas; e, por último aprender a ser, cuja finalidade, é a integração com os demais pilares.

Nesta perspectiva os quatro pilares se revêm num único perfil de saída dos alunos da 12ª classe, onde permite que os alunos tenham as seguintes sapiências, no:

No aprender a fazer, o aluno deverá saber aplicar os conhecimentos teóricos na prática com fins de adquirir aptidões para o mercado do trabalho de modo a ter uma qualificação profissional competente;

Aprender a ser, neste pilar o perfil do aluno consiste em fazer que ele seja capaz de desenvolver a sua personalidade dentro dos valores predominantes na sociedade, para a construção do aluno enquanto indivíduo;

Capaz de agir com maior autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal tendo em conta todas as potencialidades, como sendo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se;

Ainda neste pilar o perfil aluno deve ser dotada certa autonomia intelectualmente activa e independente, capaz de estabelecer relação salutar entre si e, serem proactivos na sociedade;

Aprender a conviver, é também um dos pilares para o perfil, de modo a permitir que o aluno venha ter desafios de convivência valorizando o respeito e todo o exercício de fraternidade como caminho do entendimento, de modo que nasce a bondade na relação entre alunos e nunca a maldade;

Saber conviver com os outros, compreendê-los, desenvolver a percepção de interdependência, administrar conflitos, participar de projectos comuns, a ter prazer no espaço comum;

Se capaz de viver em comum, isto é relacionar-se intermitentemente.

Nessa perspectiva o Aprender fazer acontecer consiste tão-somente tornar o aluno num ser competente capaz de enfrentar as dificuldades que o mercado de trabalho lhes proporcionar.

6.4. Estrutura Curricular

O ensino secundário do segundo ciclo constitui-se, simultaneamente, como um fecho da formação geral e uma preparação básica para a futura carreira de estudos ou profissional.

No artigo 30.º da Lei de Bases do Sistema de Educação define-se que o Ensino Secundário do Segundo Ciclo é o nível que sucede o Ensino Primário e prepara os alunos para o ingresso no Ensino Superior ou no mercado de trabalho imediatamente ou após a formação profissional.

Assim sendo, os planos curriculares estruturam-se em quatro áreas de conhecimento denominadas: Área de Ciências Físicas e Biológicas, Área de Ciências Económico - Jurídicas, Áreas de Ciências Humanas e Área das Artes Visuais, de acordo com a natureza dos cursos superiores a que dá acesso, em conformidade com o artigo 30º da Lei de Bases do Sistema de Educação. Estas Áreas estão vocacionada para os alunos que pretendam seguir curso superior e, ou profissionais nas áreas específicas correspondentes como:

A Área de Ciências Físicas e Biológicas está direccionada para cursos de: Engenharia, Medicina, Ciências da Saúde, Enfermagem Geral, Ciências Biológicas, Agronomia, Medicina Veterinária, Psicologia, Ciências da Educação, entre outros.

A Área de Ciências Económico- Jurídicas está orientada para os cursos de Economia, Direito, Psicologia, Ciências da Educação, Ciências da Comunicação, Ciências Política, Gestão entre outros.

A Área de Ciências Humanas está vocacionada para cursos de Línguas, História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Ciências da Comunicação, Ciências Política, e outras afins.

A Área de Artes Visuais, orientada para o acesso aos cursos de Artes Plásticas, Música, Arquitectura, Design, Belas Artes e afins.

Os planos-matrizes curriculares acima referidas integra a cada uma duas componentes de formação, do qual todas obrigatórias, respectivamente:

- › Formação geral com o objectivo de aprofundar de cultura geral através do domínio das Línguas (Portuguesa, Estrangeira e de Angola) do desenvolvimento de utilização da Matemática, Filosofia, Informática e da Educação Física.
- › O programa da disciplina de Português será idêntico nas áreas de Ciências Físicas e Biológicas, Económica- Jurídicas e das Artes Visuais e específicos para a área de Ciências Humanas dada a natureza desta área.
- › O Inglês, Francês e a língua de Angola terão como particularidade terem programas de iniciação e de continuidade.
- › A disciplina de Matemática terá programas diferentes e evolutivos.
- › Programas específicos para a área de Ciências Físicas e Biológicas (10^a, 11^a, e 12^a classe),
- › Programa específico para a área de Ciências Económico- Jurídicas (10^a e 11^a classes apenas),
- › Programa específico para a área Artística (só na 10^a classe).
- › As disciplinas de Informática, Educação Física, Filosofia e empreendedorismo terão programas idênticos em todas as áreas, mas evolutivos ao longo das classes.
- › Formação específica com o objectivo de aprofundar a estrutura e sistematizar os conhecimentos e competências é estudada conteúdos do domínio científico específico Físico-Biológico, Económico-Jurídico, Humanas e Artes.

1. Os programas das disciplinas de Física, Química, Biologia, Geologia e Geometria Decisiva, serão diferentes por classes e específicas para a área de Ciências Físicas e Biológicas.

2. Os programas das disciplinas de Introdução ao Direito, Introdução a Economia, História, Geografia, Sociologia, Psicologia e Antropologia serão diferentes e específicas

para a área de Ciências Económica- Jurídicas.

3. Os programas das disciplinas de Língua Estrangeira, Língua de Angola, História, Geografia, Literatura, Sociologia e Psicologia serão diferentes e específicas para a área de Ciências Humanas.

4. Os programas das disciplinas de Desenho, Teoria e Prática de Design, Geometria Descritiva, História das Artes, Técnica de Expressão Artística serão diferentes e específicas para a área de Artes Visuais.

CARACTERIZAÇÃO DE CADA DISCIPLINA E A SUA PERTINÊNCIA NAS RESPECTIVAS COMPONENTES DO PLANO DE ESTUDO NO 2º CICLO DO ENSINO GERAL

Língua Portuguesa

O Português é uma língua oficial, a língua de escolarização. O seu domínio é decisivo no desenvolvimento do conhecimento pessoal, no relacionamento social, no sucesso escolar e profissional.

Na disciplina de Língua Portuguesa é definida objectivos para desenvolver as capacidades fundamentais de compreensão, expressão oral e expressão escrita a cada aluno. É necessário garantir a cada aluno as capacidades complementares de comunicação, criatividade, participação e de socialização, através de: compreensão dos discursos em português, alargamento da sua expressão oral e ao público, criar hábitos de leitura e técnicas fundamentais da escrita.

A compreensão define-se em descodificar um texto, interpretar a gramática e informações de construção de conhecimentos;

A expressão oral consiste na capacidade de produzir cadeias fónicas dotadas de significados mediante a gramática da língua;

A expressão escrita é o produto dotado de significados mediante a gramática da língua resultado de um processo que inclui o conhecimento do sistema de representação gráfica adoptado. O conhecimento incluído envolve o planeamento, a formatação linguística, revisão, correcção e reformulação do texto.

Fazem parte destas características as Línguas Estrangeiras, Línguas de Angola e a Literatura. Todas elas são disciplinas que concorrem para aquisição e treinamento do vocabulário preciso, ortografia, pontuação, fluidez mental, redacção correcta, elaboração de textos, conversação, saber escutar, dialogar, interpretação, análise

de textos, exposição correcta da própria ideia, busca de informação, representação mental, leitura expressiva, produção de textos literários, adequação de mensagem gestual entre outros.

Ao operacionalizar as aprendizagens das línguas estrangeiras e a de Angola são fundamentais integrar nos actos da comunicação, linguagens diversas tais como: imagens, gestos, mímica, sons, elementos para textuais, com ilustrações, quadros, esquemas entre outros.

Em ciências Físico-biológica a disciplina específica concorrem ao mesmo quadro de objectivos e integram as disciplinas de Biologia, Geologia, Física e Química. Seus objectivos consistem em desenvolver as capacidades fundamentais de raciocínio lógico (compreensão), expressão gráfica e simbólica, experimentar e solução de problemas e as capacidades complementares de indução - dedução, observação sistemática, sentido crítico, planificação do conhecimento, orientação espaço - temporal e relacionar, através de: exploração de conceitos e processos de aspectos físicos, químicos, geológicos e biológicos como, por exemplo: estudos das cadeias alimentares de um rio, lagoa, tratamento da água etc.

Estas são disciplinas que concorrem para aquisição e treinamento de representação mental, precisão conceptual, análise da informação, valorização crítica, aplicação conceptual, formulação de hipóteses, elaboração de conclusões, constatarem textos e experiências, sistematização de dados, elaboração de gráficos, elaboração de tabelas, elaboração de mapas, precisão e exactidão, aplicação tecnológica, manejo de utensílios científicos, avaliação da informação, compreensão e elaboração de fórmulas, compreensão e elaboração de linguagem simbólica, observação directa, observação indirecta, constatação de hipóteses, desenho e realização de experiências, controlo de variáveis, utilização de diversas fontes de informação, sistematizar, expressão estatística entre outros. Para a aquisição de competências nesta área são mobilizados saberes científicos que permite observar o meio envolvente, recolher e organizar os materiais, conceber projectos e comunicar resultados de pesquisas, usar instrumentos de observação e realizar a experimentação e realizar debates.

No II ciclo do Ensino Secundário, o aluno tem como objectivo desenvolver capacidades para a construção do conhecimento histórico através do tratamento da informação, utilização de fontes e comunicação. É fundamental a utilização de noções e/ou conceitos da História de Angola, de África e Universal nas diferentes áreas e domínios que a integram social, geográfica, política económica etc. As aprendizagens em História e nas Ciências Sociais incluindo também Geografia, Sociologia tem como objectivos desenvolver as capacidades fundamentais de compreensão da realidade

social, sentido crítico e orientação espaço temporal e as capacidades complementares de expressão oral ou escrita de eixo social, participar, análise-síntese, relacionar, observação sistemática e socialização. Estes objectivos são operacionalizados integrando a valorização dos elementos históricos angolano, africano e do mundo manifestando-se pelo respeito de outros povos e culturas.

A disciplina de História, Geografia e as que integram as Ciências Sociais são disciplinas que concorrem para aquisição e treinamento de aplicar, resolução de problemas sociais, elaboração de mapas, elaboração de croquis e frisos históricos, elaboração de planos, representação mental, interpretação de notícias e textos, contrastar informações, identificar textos e situações, formular hipóteses sociais, tirar conclusões, observação directa, observação indirecta, contrastar e avaliar datas e situações, elaborar resultados, situar e localizar textos geográficos e históricos, buscar referencias, discutir e debater em grupos, interpretar direitos e liberdades, obter, seleccionar e registrar informações, descrever e narrar textos e situações, elaboração de resumos e esquemas, sentido de indagação: curiosidade científica entre outros.

A disciplina de Matemática desempenha um lugar de importante valor a todos os jovens neste ciclo de ensino, o que lhe permite desenvolver a capacidade de analisar e resolver situações problemáticas. A sua natureza permite ao jovem um conjunto de atitudes, capacidades e conhecimentos através do raciocínio lógico e da comunicação. Estas características são definidas nos objectivos desta disciplina no II ciclo secundário tais como: desenvolver as capacidades fundamentais de raciocínio lógico (compreensão), expressão gráfica e simbólica, solução de problemas e orientação espacial e as capacidades complementares de indução - dedução, planificar o conhecimento e pensamento operativo e formal. Estas actividades devem consolidar conhecimentos sobre os números e cálculos, geometria, estatísticas e probabilidades, Álgebra e Funções.

Deste modo, a Disciplina de Matemática concorre para aquisição e treinamento de expressão numérica, expressão gráfica, expressão lógica, expressão algébrica e expressão probabilística, representação mental, operativa, rigor e precisão, formular e comprovar conjunturas, realizar inferência e deduções, organização da informação, técnicas de recolha de dados, uso de técnicas de medida, calcular de maneira apropriada, identificar elementos reais e matemáticos, exploração sistemática de alternativas, notação adequadas e precisas, elaboração de códigos numéricos e infra numéricos, uso adequado de estratégias cognitivas, uso adequado de estratégias metacognitivas (pensar sobre os próprios processos de pensar), elaboração precisa de resultados, sentido de classificação, estimação de quantidade, análises - sínteses,

uso adequado de diversas fontes de informação entre outros.

As disciplinas de **Desenho, Teoria e Prática de Design** são disciplina justificadamente integrada numa só área programada, por considerarem-se básicas para a preparação dos alunos para o curso de Artes Plásticas, Arquitectura, Desenho Gráfico e outros afins. O Desenho incluirá conteúdos de desenho técnico, anatomia artística e outras. Contudo todas estas são disciplinas que concorrem para aquisição e treinamento de sentido da observação, interpretação, utilização de símbolos, sentido de curiosidade, elaboração de imagem, sequencialização, linguagem gráfico, linguagem plástico, esquematizar, globalizar, representar, dinamismo, sentido de proporção, sentido do ritmo, sentido da forma, expressividade, sentido da precisão e de rigor, sentido da distância, análises – sínteses, ordenação e movimento, imaginação, originalidade, manipulação, pensar com as mãos, divergência – convergência entre outros.

A operacionalização destas disciplinas consiste em desenvolver as capacidades fundamentais de compreensão, expressão plástica, expressão visual, aplicação e as capacidades complementar de criatividade orientação espacial, experimentar que são indispensáveis ao desenvolvimento da expressão e comunicação pessoal, social e cultural do aluno. No desenvolvimento das aprendizagens algumas disciplinas são importantes para a compreensão dos estudos na área das artes tais como a geometria (plana), geometria (do espaço) e Desenho. A disciplina de Desenho ajuda o aluno a obter uma atitude expressiva e a perceber o modo de ver, sentir e ser.

6.5. Planos de Estudo

Tendo em conta o enquadramento dos programas no segundo ciclo do ensino secundário tal como se esclarece no texto introdutório, a nova organização dos planos curriculares fundamenta-se na:

- › Adopção de um esquema básico de desenvolvimento curricular estruturado nas componentes de formação geral, formação específica e opcional;
- › Articulação das diferentes componentes, tanto do ponto de vista vertical como horizontal;
- › Orientar toda acção pedagógica para a formação integral do aluno na base do desenvolvimento de atitudes, consciencialização de valores considerando a multiplicidade de culturas e de variações etnolinguísticas presentes no país e a aquisição de conhecimentos inter-relacionados com as aptidões e capacidades que favoreçam a persecução de estudos.

Planos de Estudo por Áreas de Conhecimento

Área de Ciências Físicas e Biológicas

Disciplinas	Horário semanal			
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	Total do curso
Formação geral				
Língua Portuguesa	3	3	3	270
Língua Estrangeira	3	3	3	270
Matemática	4	3	3	300
Informática	4	-	-	120
Educação Física	2	2	2	180
Filosofia	-	2	2	120
Empreendedorismo	2	2	2	180
Formação específica				
Física	4	4	4	360
Química	4	3	3	300
Biologia	4	4	4	360
Geologia	-	2	2	120
Opção	-	2	2	120
Total	30	30	30	
Total anual	900	900	900	2700

A natureza do conhecimento científico exige a inevitável integração/aproximação/integração dos saberes habitualmente atribuídos às disciplinas de Física, Química, Biologia e Matemática.

No elenco disciplinar das opções inclui-se Geometria Descritiva, Sociologia e Psicologia. O programa de opção de Geometria Descritiva é o da área das Artes Visuais, com reduções de conteúdos em cada um dos anos.

Área de Ciências Económico-Jurídicas

Disciplinas	Horário semanal			
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	Total do curso
Formação geral				
Língua Portuguesa	3	3	3	270
Língua Estrangeira	3	3	3	270
Matemática	4	4	-	240
Informática	4	-	-	120
Educação Física	2	2	2	180
Filosofia	-	2	2	120
Empreendedorismo	2	2	2	180
Formação específica				
Introdução ao Direito	3	3	2	240
Introdução à Economia	3	2	3	240
História	3	3	3	270
Geografia	3	3	3	270
Desenvolvimento Económico e Social	-	-	4	120
Opção	-	2	2	120
Total	30	27	27	
Total anual	900	783	783	2640

Integram o elenco das opções nesta área as disciplinas de Antropologia, Sociologia e Psicologia. Os programas das disciplinas de História e Geografia desta área são idênticos aos da área de Ciências Humanas.

Área de Ciências Humanas

Disciplinas	Horário semanal			
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	Total do curso
Formação geral				
Língua Portuguesa	4	4	4	360
Língua Estrangeira	3	3	3	270
Matemática	3	2	-	150
Informática	4	-	-	120
Educação Física	2	2	2	180
Filosofia	-	2	2	120
Empreendedorismo	2	2	2	180
Formação específica				
Língua estrangeira	4	4	4	360
História	3	3	3	270
Geografia	3	3	3	270
Literatura	-	2	2	120
Opção	-	2	2	120
Total	26	27	25	
Total anual	782	812	752	2520

Fazem parte desta área a Antropologia, Psicologia, Desenvolvimento Económico e Social e Sociologia, como disciplinas de opção.

Os programas das disciplinas de História e Geografia desta área são idênticas aos da área de Ciências Económico - Jurídicas.

Área das Artes Visuais

Disciplinas	Horário semanal			
	10ª Classe	11ª Classe	12ª Classe	Total do curso
Formação geral				
Língua Portuguesa	4	3	3	300
Língua Estrangeira	3	3	3	270
Matemática	3	-	-	90
Informática	4	-	-	120
Educação Física	2	2	2	180
Filosofia	-	2	2	120
Empreendedorismo	2	2	2	180
Formação específica				
Desenho	3	3	2	240
Teoria e Prática do Design	-	3	3	180
Geometria Descritiva	3	3	-	180
História das Artes	2	3	3	240
Técnica de Expressão Artística	3	4	4	330
Opção	-	2	2	120
Total	27	28	25	
Total anual	812	842	752	2450

O elenco disciplinar das opções nesta área é constituído pela Psicologia e Sociologia.

A implementação dos planos curriculares requer um máximo de 30 horas semanais para as três classes.

Especificação para a Formação Específica

Introdução à Economia – orientada predominantemente para o prosseguimento de estudos na vertente económica, tendo como finalidades gerais proporcionar uma base lógica de entendimento e raciocínio de questões económicas básicas, que permita a análise de novas situações, desenvolver capacidades e atitudes para intervir num mundo em mudança, proporcionar conhecimentos técnicos simples do funcionamento de estruturas económicas, a fim de compreender realidades num contexto local, regional e global, assim como contribuir para a compreensão das questões de natureza económica e facilitar opções em termos de orientação vocacional.

Introdução ao Direito – com finalidade de permitir a inclusão de conhecimentos básicos indispensáveis para o prosseguimento de estudos. Pretende, ainda, possibilitar a compreensão do que é o Direito, a exploração de história do Direito e da diversidade de situações sociais e políticas a que se aplica, a fim de compreender realidades no contexto nacional e internacional.

Desenvolvimento Económico e Social – cuja finalidade geral é a de contribuir para realização integral do aluno–nesta fase terminal do ensino geral e com estatuto de aluno pré-universitário, bem como a sua sensibilização em relação às problemáticas socioeconómicas e eco geográfico, numa perspectiva multi e transdisciplinar.

Língua Estrangeira II – Os alunos que optaram pelas ciências humanas e que frequentaram duas línguas estrangeiras no primeiro ciclo do ensino secundário terão programas de continuação para cada uma delas. Caso contrário, a Língua Estrangeira II, Francês ou Inglês, será um programa de iniciação.

Literatura de Expressão Portuguesa – considerando a necessidade de os alunos terem não só os conhecimentos de literatura angolana, mas também de outras de expressão portuguesa.

Literatura de Expressão Portuguesa – considerando a necessidade de os alunos terem não só os conhecimentos de literatura angolana, mas também de outras de expressão portuguesa.

Desenho, Teoria e Prática do Design–disciplina justificadamente integrada numa só, por considerar-se básicas para a preparação dos alunos para o curso de Artes Plásticas,

Arquitectura, Desenho Gráfico. O Desenho incluirá conteúdos de desenho técnico e anatomia artística.

Técnicas de Expressão Artística –considerada como vertente prática que poderá dotar o aluno de uma sensibilidade para o trabalho artístico ligado à análise e organização formal.

7. Estratégias Gerais de Organização e de Gestão de Processos de Ensino e de Aprendizagem

Estratégias de Ensino

Entende-se que é necessário criar situações de aprendizagem organizadas para desenvolver competências, habilidades, atitudes e valores (CHAVE) a partir de um currículo transformador, inclusivo, democrático e integrador que valorize uma ampla rede de saberes.

Ao pensar em propostas que contemplem o desenvolvimento de CHAVE, faz-se necessário traçar estratégias metodológicas voltadas para o estudo das diferentes trajetórias programadas e vivenciadas pelos alunos, a fim de orientar o processo de ensino e de aprendizagem em função de objectivos ou fins educativos.

As CHAVEs podem ser alcançadas através de projectos e resolução de problemas, tarefas complexas e desafios que incitem os alunos a mobilizar seus conhecimentos e, em certa medida, completá-los. Sendo a mesma orientada pelo professor através de métodos adequados, que encaminham as aprendizagens dos alunos.

A aula é um conjunto dos meios e condições pelos quais o professor dirige e estimula o processo de ensino em função da actividade próprio do aluno no processo da aprendizagem escolar. Exige do professor competências que têm por finalidade garantir a aprendizagem dos alunos de forma integral. Nesta perspectiva para operacionalizar as componentes da aula, o professor deve cumprir com estrutura didáctica desta (Objectivos, Conteúdos, Métodos, Meios de ensino e Avaliação). Sendo assim, a selecção do método depende da compatibilidade com desenvolvimento das CHAVEs e dos paradigmas socioculturais (existencial, dialéctica social, simbiosinérgico) e educacionais (racional, tecnológico, humanista, sociointeracionista) adoptados”.

Estratégias de avaliação

A proposta da Revisão Curricular no novo paradigma propõe uma avaliação mais progressista, que é diagnóstica, contínua, dinâmica, colectiva, reflexiva, dialógica, com o foco no aluno, no professor e no processo de ensino e de aprendizagem e que, com a orientação do professor, ambos possam redireccionar acções e prioridades de ensino para alcançarem as metas curriculares ansiadas. Isso significa assegurar a participação do aluno em sua própria aprendizagem. A partir daí, os professores precisam reflectir sobre sua prática e buscar formas de solucionar problemas de aprendizagem ainda durante o processo e não apenas no final da unidade/tema ou fim do ano lectivo.

O processo avaliativo exige que se definam as metas curriculares, para que sejam estabelecidos os critérios e indicadores, sejam escolhidos os procedimentos, inclusive aqueles referentes a recolha de dados, utilizando vários instrumentos avaliativos durante a aula. Descreve quais conhecimentos, atitudes ou aptidões que os educandos adquiriram, ou seja, quais habilidades do ensino já atingiram num determinado momento do percurso e quais dificuldades estão a revelar relativamente a outros. Nessa perspectiva, a avaliação torna-se meio nesse processo e não fim, entendendo que é através dela que o educando toma consciência de seu desenvolvimento intelectual, social e afectivo e ao professor é oportunizada uma análise reflexiva dos avanços e dificuldades do aluno, permitindo rever e redefinir sua prática pedagógica.

Para que este acto pedagógico seja prazeroso é necessária a inclusão da teoria da aprendizagem que leva o aluno a construir o seu próprio conhecimento. As teorias que interferem na nossa prática pedagógica são (i) Comportamentalismo (ou Behaviorismo) e (ii) Construtivismos. É de lembrar que a teoria comportamentalista consubstancia-se na avaliação do comportamento do aluno, ou seja, a avaliação nesta teoria está intimamente ligada a avaliação dos resultados e não dos processos e isso pode influenciar negativamente na qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Ao contrário, no construtivismo estes interagem no processo permanente de construção de conhecimentos. Em outras palavras, a avaliação deve estar vinculada ao que o professor considerava conhecimento válido, útil, desejável ao processo de construção do mesmo. A perspectiva actual é a de perceber o educando como construtor dos seus saberes, enquanto o professor assume o papel de mediador e orientador desse processo, também aprendendo. Essa modalidade tendencialmente produz aulas mais favoráveis à aprendizagem, também imprime um novo desenho ao processo de ensino, exigindo uma redefinição das acções relacionadas ao ensinar e ao aprender.

Com esta abordagem, procura-se legitimar pedagogias e didácticas inclusivas, gerando, deste modo, não só novas práticas de ensino, mas também da avaliação. Isto pressupõe a organização e realização de actividades escolares mais dinâmicas, interactivas, criativas, inovadoras e motivacionais, envolvendo todos os alunos na potenciação de resultados satisfatórios da relação entre o ensino e a aprendizagem. Esta abordagem sociointeracionista do ponto de vista prático é vista como actividade cooperativa, baseada no diálogo entre o professor e o aluno. Implica que a prática da avaliação pressupõe a relação entre professor, conhecimento e sujeito do conhecimento.

Estratégias de aprendizagem

Como afirmam Nisbet e Shucksmith (1996), Schumek (1988) e Nisbet (1991), a estratégia é considerada como um guia das acções que a seguir e que é, obviamente, anterior à eleição de qualquer outro procedimento para actuar.

As actividades que se propõem, serão encaminhadas para assegurarem a correcta aplicação desse procedimento. Esta forma de aprender através da tomada de consciência de decisões, facilita a aprendizagem significativa (Ausubel, 1963), pois permite que os alunos estabeleçam relações significativas entre o que sabem (os próprios conhecimentos) e a nova informação (os objectivos e as características da tarefa que devem realizar). Desta maneira os alunos decidem de forma menos aleatória quais são os procedimentos mais adequados para realizar a referida actividade. Deste modo, o aluno não só aprende como utilizar determinados procedimentos, mas quando e porque pode utilizá-los e em que medida favorece o processo de resolução da tarefa.

A existência de conhecimentos declarativos e de conhecimentos processuais é condição necessária, mas não suficientes para que se possa falar de actuação estratégicas.

Partindo das considerações anteriores, podemos operacionalizar o termo estratégias de aprendizagem como processo de tomada de decisão (consciente e intencionais) pelas quais o aluno escolhe e recupera de maneira organizada os conhecimentos de que necessita para completar um determinado objectivo.

Dentro desta perspectiva, as categorias processuais apresentam uma ordenação das estratégias de aprendizagem: Tipo de aprendizagem (i) por Associação, utilizando a estratégias de aprendizagem por Verificação e (ii) por reestruturação, tendo como estratégia de aprendizagem por Elaboração e a Organização, para cada estratégia de aprendizagem é necessário definir finalidades ou objectivos e as habilidades.

A aprendizagem compreende vários aspectos da vida do aluno, tais como o processo cognitivo, as emoções, o meio social, a família e as práticas pedagógicas, sendo o envolvimento da família e o papel do professor factores de bom desempenho escolar.

A aprendizagem compreende vários aspectos da vida do aluno, tais como o processo cognitivo, as emoções, o meio social, a família e as práticas pedagógicas, sendo o envolvimento da família e o papel do professor factores de bom desempenho escolar.

8. CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROGRAMAS

Os programas escolares constituem o componente fundamental dum currículo. Eles são desenvolvidos tendo em conta quer as condições da comunidade escolar no sentido restrito, quer da comunidade envolvente, para preverem o sucesso escolar educativo.

No país, estes aspectos tornam-se relevantes tanto pela diversidade cultural e de condições em que funcionam as escolas (recursos materiais e humanos – nível de formação de professores e de desenvolvimento dos alunos), como pela necessidade imperiosa de diminuir as altas taxas de insucesso escolar e promover o sucesso educativo, tão necessário para o desenvolvimento do País.

Elementos do programa

Os programas das disciplinas estruturam-se de seguinte forma: (i) apresentação, (ii) introdução à disciplina no ciclo ou curso; (iii) objectivos gerais da disciplina no ciclo/nível/curso; (iv) objectivos gerais da disciplina na classe; (v) plano temático (temas por trimestre com respectiva carga horária, horas lectivas para aulas, de reserva e para a avaliação); (vi) quadro sinóptico (tema, subtema, objectivos gerais do subtema, objectivos específicos, aulas teórica, teórico-prática e prática); (vii) estratégias gerais de ensino-aprendizagem, (viii) a avaliação ao serviço da aprendizagem e (ix) referências bibliográficas)

Esta estrutura é flexível tendo em conta as especificidades de algumas disciplinas. Esta forma de organização pensa-se ser a adequada para facilitar ao professor, compreensão da complexidade e da administração dos saberes, constantes do programa da disciplina.

A **apresentação** consiste na elaboração de um texto onde se destaca a importância e a

pertinência da disciplina no currículo escolar, assim como a organização do programa da disciplina.

A **introdução geral da disciplina** permite compreender que, embora qualquer área do conhecimento possa ser importante por si mesma, a sua introdução no programa escolar tem a ver com o papel que ela desempenha na consecução dos objectivos do referido nível de ensino, o que tem a ver com a cultura herdada, com a sociedade em que se está e com a que se pretende construir.

Os **objectivos gerais da disciplina no Ciclo/Nível/Curso** explicitam o que se espera dos alunos no final da sua formação. Eles devem ser definidos de forma clara e objectiva para que haja correspondência com o perfil de saída.

Os **objectivos gerais da disciplina na classe** são definidos a partir dos objectivos gerais da disciplina no Ciclo/Nível/Curso. Torna-se relevante esclarecer que os objectivos específicos dos conteúdos definidos no quadro sinóptico são derivados dos objectivos gerais de cada tema.

O **plano temático** consiste na distribuição dos conteúdos programáticos por trimestre, as respectivas cargas horárias lectivas, horas lectivas para a avaliação sumativa e de reserva.

O **Quadro sinóptico** consiste na organização dos **conteúdos programáticos** à volta de temas que se subdividem em subtemas. Pois, é uma maneira de sequencializar os conteúdos dum modo lógico e coerente, facilitando ao professor e aos alunos a compreensão da articulação entre os conteúdos sistematizados.

A **identificação de conteúdos** básicos e essenciais chama a atenção do professor para os (factos, conceitos, princípios, leis, procedimentos, valores, atitudes e ética) que, por serem essenciais para a aquisição de novas aprendizagens, como tal serão obrigatórios abordá-los, não podendo deixar de serem trabalhados com todos os alunos, de modo a que na generalidade atinja os objectivos correspondentes a um bom nível de consecução. Os conteúdos são criteriosamente seleccionados e hierquizados a partir dos objectivos específicos derivados dos objectivos gerais de cada tema. Assim sendo,

os objectivos específicos são organizados respeitando o princípio da progressão e os níveis cognitivos de aprendizagem – taxonomia de Bloom.

O **tempo previsto** para cada subtema tem a ver com a importância e a complexidade dos conteúdos e ajuda o professor a elaborar a planificação geral, no sentido de cumprir, pelo menos os conteúdos básicos e essenciais de modo que os alunos os assimilem.

As **estratégias gerais de ensino-aprendizagem** são seleccionadas de acordo com a maturidade e interesse dos alunos, de modo a que as actividades propostas:

- › Proporcionem o cumprimento dos objectivos previstos;
- › Contribuam para uma aprendizagem significativa;
- › Respondam aos interesses e necessidades do sujeito;
- › Propiciem um desenvolvimento em sequência;
- › Sejam diversificadas;
- › Promovam a aprendizagem integradora, inclusiva e significativa Para as aulas são sugeridas metodologias participativas para a aprendizagem activa considerando o aluno o centro do processo de ensino-aprendizagem.

As metodologias irão determinar o tipo de aula a planificar (I) teórica, (II) teórico-prática ou (III) prática.

As metodologias participativas para a aprendizagem activa sugerem a preparação de aulas com actividades teórico-práticas, fazendo com que o aluno seja também protagonista no processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, as estratégias gerais propostas no programa são materializadas pelo professor em cada turma, segundo a situação concreta (o contexto) da realização da aula.

A **avaliação ao serviço da aprendizagem** destina-se a propor o modo como se pode avaliar as aprendizagens (diagnóstica, formativa e sumativa) dos alunos, observando as especificidades de cada disciplina, tendo como referência a avaliação para a aprendizagem. Assim sendo, o novo paradigma que se pretende implementar sugere aulas que promovam a aprendizagem activa. Neste contexto, as actividades avaliativas são realizadas com maior incidência na avaliação dos processos.

9. Tratamento Metodológico de um Tema

A Aula é uma das formas organizativas do processo Educativo, que tem como objectivos a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e a formação de valores e interesses cognoscitivos e profissionais no aluno, mediante a realização de actividades de carácter essencialmente académico, a aplicação dos princípios didácticos, e a utilização dos métodos e meios de ensino. É a Forma organizativa mediante a qual o professor, no decurso de um período de tempo rigorosamente estabelecido e num lugar condicionado para este fim, dirige a actividade cognoscitiva de um grupo constante de alunos, tendo em conta as particularidades de cada um deles, utilizando os diferentes tipos, meios e métodos de trabalho que criam condições propícias para que todos os alunos dominem os fundamentos da matéria directamente durante o processo de ensino-aprendizagem, assim como para a educação e desenvolvimento das capacidades cognoscitivas dos alunos. A. A Budarni, 1985.

Para tal, é necessário elaborar um plano de aula que resuma a preparação metodológica do professor e que este o utilize no desenvolvimento das aulas para dirigir a actividade cognoscitiva e prática dos alunos.

O plano deve conter aspectos essenciais da aula (procedimentos na introdução, desenvolvimento e na conclusão) o modo de utilizar os meios, as perguntas de controlo e a comprovação.

Estrutura Geral de uma aula

Para Taba (1962), numa sequência organizada de actividades de ensino-aprendizagem, seja num programa, num tema didáctico ou aula podem distinguir-se três fases principais servindo propósitos diferentes que são:

1. Introdução

Asseguramento do nível de partida (correção da tarefa, ou retomando os aspectos Fundamentais da aula anterior. Diagnostico dos pré-requisitos) ou avaliação inicial
Orientação do assunto ou problema a estudar (orientação aos objectivos da aula).

2. Desenvolvimento

Tratamento do (novo) conteúdo (execução dos Procedimentos metodológicos

avaliativos, preferencialmente participativos).

Retroalimentação e reorientação.

Generalização (estabelecer as relações necessárias intra e interdisciplinares contribuindo para a solidez na assimilação e ampliação do conhecimento científico) .

Avaliação processual (limites possibilidades e registos).

3. Conclusões

- › Resumo das aprendizagens;
- › Consolidação das aprendizagens;
- › Avaliação final;
- › Orientação da tarefa;
- › Vinculo com a próxima aula.

Preparação metodológica

A preparação metodológica é um conjunto de tarefas científico- pedagógica (planificação e preparação) que antecedem a execução de uma aula, contribuindo assim, para a auto preparação do professor

A Planificação e gestão das aulas é a acção de organizar-se ou organizar algo de acordo a um plano. Implica ter um ou vários objectivos a cumprir, juntamente com as acções requeridas para que esses objectivos possam ser alcançados.

- › Antecedentes;
- › Actividades do professor e do aluno;
- › Métodos;
- › Meios de ensino,
- › Actividades avaliativas;
- › Consolidação;
- › Tarefa para casa.

A etapa do processo de planificação do ensino compete exclusivamente ao professor.

A preparação da aula é fundamental para o trabalho do professor porque através

dela se manifesta a preparação metodológica psicológica e científico- pedagógica do professor.

Materiais necessários para o processo de planificação de aulas

Os materiais de apoio, meios de ensino ou material didáctico são elementos essenciais para a concretização e consolidação dos conhecimentos ministrados na aula. É necessário que sejam preparados com antecedência e que constem da planificação do plano de aula o programa, o manual e o guia do professor por isso torna-se necessário que os professores conheçam com profundidade cada um desses materiais e que os utilizem como peças indispensáveis para o seu sucesso e o dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Tarefas da preparação metodológicas

- a) Caracterização do tema;
- b) Operacionalização dos objectivos;
- c) Plano do Tema;
- d) Tratamento metodológico de aulas;
- e) Planificação de aulas do tema.

a) Caracterização geral do tema

- › A importância do tema;
- › Conhecimentos, habilidades e atitudes antecedentes do tema;
- › Vínculo com as outras disciplinas;
- › Horas de aulas;
- › Actividades experimentais/práticas.

b) Operacionalização dos objectivos

Objectivo gerais do tema: <i>Os alimentos e a manutenção da vida</i>	Objectivos das Aulas
› Compreender a importância dos alimentos na manutenção da vida; › Conhecer as diferentes funções dos alimentos para o crescimento e a manutenção do corpo; › Compreender a importância de uma alimentação equilibrada na vida do homem; › Analisar as causas que estão na base dos erros alimentares.	› Distinguir os nutrientes contidos nos alimentos que permitem a manutenção do corpo; › Reconhecer os principais componentes presentes no corpo humano; › Definir o conceito de alimento › Classificar os nutrientes - Orgânicos - Inorgânicos › Diferenciar alimento de nutriente; › Caracterizar as diferentes funções que os nutrientes têm no organismo; › Identificar os nutrientes existentes nos vários tipos de nutrientes através de reacções químicas simples; › Seleccionar os alimentos essenciais para uma alimentação equilibrada; › Representar graficamente as necessidades diárias médias de nutrientes para a alimentação de um adolescente; › Exemplificar factores que estão na base da importância da variação diária de nutrientes; › Distinguir as causas que provocam erros alimentares; › Verificar as consequências da má alimentação no homem; › Reconhecer a importância da utilização de regras de higiene alimentar; › Especificar os processos de conservação dos alimentos.

c) Planificação do Tema

Aula	Data	Semana	Tipo de Aula	Objectivos	Sumário	Tratamento metodológico das aulas do tema
1	5/2	1	Tratamento da nova matéria	• Distinguir as substâncias básicas contidas nos alimentos que permitem a manutenção do corpo. • Reconhecer os principais componentes presentes no corpo humano.	• Necessidade dos alimentos. • Componentes presentes no corpo humano.	Aula n.º 1 • Sumário • Objectivos específicos • Conhecimentos antecedentes • Tipo de aula • Conteúdo • Metodologia • Acções avaliativas

d) Planificação de Aulas

O plano de aulas é um projecto de actividades que o professor e alunos devem realizar em conjunto durante um período de tempo determinado.

O plano é um instrumento diário do professor, tem como finalidade evitar a improvisação e funciona como base de orientação na condução do processo de ensino-aprendizagem dentro espaços educativos.

O plano não é um documento de cumprimento rígido, mas um guião de trabalho para o professor que se adaptará às circunstâncias e características da turma. O plano de aulas ao reflectir a boa preparação do professor permite evitar equívocos e mecanicismo.

Exemplo de um plano de aula**Disciplina:** Biologia**Classe:** 8.^a**Duração:** 45 min**Objectivos Gerais do tema:**

- › Compreender a importância dos alimentos na manutenção da vida;
- › Conhecer as diferentes funções dos alimentos para o crescimento e a manutenção do corpo;

Subtema: Necessidades alimentares**Objectivos específicos:**

- › Definir o conceito de alimento
- › Diferenciar alimento de nutriente
- › Classificar os nutrientes:
 - Orgânicos
 - Inorgânicos

Sumário:

- › Noção de alimento;
- › Diferença entre alimento e nutriente;
- › Classificação dos compostos orgânicos e inorgânicos;

Antecedentes:

- › Conceito de alimento;
- › Conceito de nutrientes;

- › Exemplos de nutrientes orgânicos;
- › Exemplos de nutrientes inorgânicos.

Métodos de ensino:

- › Elaboração conjunta;
- › Explicação.

Procedimentos metodológicos:

- › Perguntas orais;
- › Debates observação;
- › Chuvas de ideias.

Recursos pedagógicos:

- › Jornais, revistas;
- › Alimentos naturais.

Introdução:

- › ANP (asseguramento ao nível de partida);
- › OAO (orientação aos objectivos).

Desenvolvimento:

- › Realização de actividades pelos estudantes dependendo do tipo de aula.

Conclusão:

- › Generalização, comprovação dos objectivos, tarefa.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Paulo et al. (2002). *Avaliação das aprendizagens - das concepções às práticas*. Lisboa: Ministério da Educação - Departamento da Educação Básica.
- Assembleia Nacional da República de Angola. (2001). *Lei de Bases do Sistema de Educação*, Lei n.º 13/01. Luanda: Assembleia Nacional.
- Assembleia Nacional da República de Angola. (2017). *Lei de Bases do Sistema de Educação em Angola*, Lei n.º 17/16.
- CAMPOS, D. M. *Psicologia da Aprendizagem*. 41.ª Ed. Petrópolis: Vozes. 2014.
- CASTANHO, M. E., CASTANHO, S. E. M. *Didáctica: o Ensino e suas Relações*. Campinas, SP: Papirus. 1996,
- CATELA, M. E., VASCONCELOS, M. L. *Guia de avaliação do rendimento escolar*. Lisboa: Didáctica Editora. 1979.
- COLL, C. et al. *O construtivismo na sala de aula*. 2.ª Ed. São Paulo: Ática. 1997.
- CORREIA, A. *Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos*. MEC. (4.ª Ed.). Rio de Janeiro: Coleção Mobral. 1973.
- DA CRUZ LIMA, M. *Relatório final da assistência técnica ao INIDE no domínio do Desenvolvimento Curricular – 1.º Projecto de Educação*. Luanda: MED. 2000.
- FERMIN, M. *La Evaluación, los Exámenes y la Calificaciones*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz. 1971.
- FERNANDES, D. *O Tempo da Avaliação*. In: «NOESIS 2 - A Educação em Revista», n.º 23, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 1992.
- HAYDI, R. C. *A Avaliação do Processo do Ensino Aprendizagem*. Editora Ática, São Paulo. 1994.
- INFORSATO, e. C.; ROBSON, A. S. *A preparação das aulas*. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. Caderno de Formação: Formação de Professores Didaticageral. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011.
- LIBÂNEO, J. C. *Didáctica*. 6.ª reimpr. São Paulo: Cortez. 1994.
- LIBÂNEO, J. C. *A didáctica e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da actividade e a contribuição de Vasily Davídov*. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro. 2004.
- HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora - uma prática em construção da pré-escola a universidade*. Porto Alegre: Mediação. 1993.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez. 2002.
- MARTINS, M. A. et al. *O Conceito de Avaliação*. In: «NOESIS2, A Educação em Revista», n.º 23. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. 1992.

- MATOS V. A. *A Avaliação dos Alunos no Ensino Básico*. Porto: Edições ASA. 1993.
- MEIRIEU, P. *Aprender... sim, mas como?* Porto Alegre: Artmed. 1998.
- MESQUITA, R., DUARTE, F. *Psicologia Geral e Aplicada 12.º ano*. 6.ª Ed. Lisboa: Plátano Editora. 1997.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, (s/d). *Informações aos Pais e Encarregados de Educação*. Lisboa.
- MED. *Lei de Bases do Sistema de Educação*. Luanda: Documento policopiado. Imprensa Nacional da República de Angola. 2001.
- MED. *Lei de Bases do Sistema de Educação*. Luanda: Documento Policopiado. 2016.
- MONTEIRO, M. e RIBEIRO, S. M. *Psicologia*. Nova Edição. Portugal: Porto Editora. 1999.
- NERICI, I.G. *Introdução à Didáctica Geral*. São Paulo: Editora Atlas S. A. 1991.
- UNESCO, UNICEF e MEC. *Opções para a Reconstrução do Sistema Educativo, Estudo Sectorial*. Tomo I. Luanda. 1993.
- PAULO A., et al. *Avaliação das Aprendizagens – das Concepções às práticas*. Lisboa: Ministério da Educação – Departamento da Educação Básica. 2002.
- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999.
- PETERSON, P. *Perfil do Professor do Ensino Geral*. Luanda: DNFQE, MED. 1995.
- RIBEIRO, A. *Desenvolvimento Curricular*. Educação hoje. 4.ª Ed. Porto: Texto Editora. 1993.
- STUFFLEBEAM, D.; SHINKFIELD, A. *Evaluación Sistemática Guia Teórica y Práctica*. Barcelona: Ed. Paidós/MEC. 1993.
- RIBEIRO, L. C. *Avaliação da Aprendizagem*. Lisboa: Texto Editora. 1993.
- VASCONCELOS, C. dos S. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização*. São Paulo: Libertad (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. I). 1995.
- ZABALZA, A. *A Prática Educativa: Como ensinar*. Porto Alegre: Artmed. 1998.
- ZABALZA, M. *Planificação e Desenvolvimento Curricular*. Porto: Edições ASA. 1992.
- ZABALZA, M. A. "Evaluación" in: FERNANDEZ PEREZ, M-GIMENO, J.; ZABALZA, M. A. – *Didáctica II: Programación, Métodos y Evaluación*. Madrid: UNED. 1998.
- ZABALZA, M.A. *Diseño y Desarrollo Curricular*. ASA Editora. 2001.